

Representação e aquisição do género linguístico em PE: Um estudo exploratório¹

1. Introdução

Os termos ‘sexo’, ‘género’ e ‘género linguístico’ têm conhecido uma especialização em situações comunicativas particulares, o que, contudo, não impede a existência de zonas de interseção e consequente imprecisão nas produções discursivas quotidianas, que evidenciam uma confluência desajustada de traços de natureza biológica, social e linguística.

A problemática relação entre os termos sexo e género linguístico, evidente na linguagem quotidiana, projeta-se igualmente no discurso pedagógico², agravada por uma indistinção entre processos morfossintáticos que permitem expressar o género gramatical (*o/a cliente; o/a conde[ssa]*) e processos linguísticos que apenas evidenciam um contraste de sexo entre os referentes (o panda *macholfêmea*). Em Português Europeu (PE), o género linguístico é uma categoria nominal obrigatória, intrinsecamente correlacionada com diversos processos morfológicos e sintáticos, o que não equivale a dizer-se que existe contraste de género e, mesmo nos casos em que tal é possível, não ocorre por flexão (Choupina 2011, Villalva 2000). Neste sentido, na sintaxe, todos os nomes têm um dos dois valores de género disponíveis (masculino ou feminino), indispensável para a concordância das palavras nos sintagmas e nas frases (Costa e Choupina 2012, Baptista *et al.* 2013, Baptista *et al.* (no prelo).

Cientes dos contributos que possam advir de uma análise interdisciplinar do tema, considerando as dimensões morfossintática, léxico-semântica, sociolinguística, morfofonológica, discursiva e histórica, tentaremos, numa primeira parte do artigo, definir e delimitar o âmbito da categoria género linguístico, nos planos sincrónico e diacrónico, e proporemos uma análise que, inspirada nas noções chomskyanas de traços inerentes e traços opcionais (Chomsky 1995), perspetiva o género como uma propriedade idiosincrática nominal, quer seja definida desde o léxico, quer seja espe-

¹ O projeto que inclui esta investigação é financiado pelo InED (Centro de Investigação e Inovação em Educação).

² Documentos reguladores do ensino da língua em Portugal, como o *Dicionário Terminológico* (2008), os *Programas de Português do Ensino Básico* (2009) e as *Metas Curriculares de Português* (2012) referem-se à flexão em género, esquecendo o seu carácter assistemático e arbitrário e equiparando os processos de contraste de género aos de oposição de número (singular/plural), esses sim sistemáticos e, consequentemente, integráveis na flexão.

cificada na sintaxe ou em qualquer momento da estrutura de formação. Na segunda parte, refletiremos sobre os dados recolhidos durante um estudo exploratório que incide sobre conhecimentos implícitos e explícitos de estudantes do ensino superior acerca da categoria género.

2. Alguns aspetos da evolução do género do latim ao português atual

A filiação das línguas determina a atribuição dos valores de género. O português atual remonta à matriz latina, mas, enquanto nesta existiam três géneros (masculino, feminino e neutro, preservando-se este último na atualidade apenas nos pronomes *isto, isso, aquilo*), no português encontram-se somente dois valores. Rosa Virgínia Mattos e Silva (2008, 358) sustenta que o género «pode ser compreendido como um traço semântico inerente aos nomes substantivos, nunca será escolha do falante», asserção válida para o português atual, mas também «no período arcaico e isso herdamos do latim», língua em que o género era indicado na concordância entre nomes e adjetivos, determinantes e quantificadores, que variavam de acordo com os três valores de género.

Várias palavras que em latim eram femininas e de tema em –a evoluíram como femininas para português, tal como as masculinas de tema em –o entraram como masculinas também na nossa língua. Os nomes da terceira declinação, com tema em –i ou em consoante, e os nomes neutros evoluíram ora para o masculino, ora para o feminino, por vezes de modo divergente conforme a língua de chegada, o que também está na origem da flutuação que tem ocorrido ao longo das várias sincronias do português.

Assim, na evolução do galego-português até à sincronia presente, podemos encontrar quatro situações distintas relativamente aos valores de género, sistematizadas na tabela 1, e que ilustram o carácter arbitrário desta categoria gramatical.

I	Nomes com referentes sexuados subespecificados no léxico e com género sintático (ex: <i>gato/gata; senhor/senhora; galo/galinha</i>)
II	A flutuação do valor de género numa sincronia passada do percurso diacrónico do nome (ex: <i>cometa, tribo</i> e <i>diocese</i>) e recuperação do seu género etimológico
III	A hesitação na sincronia atual quanto ao reconhecimento do valor de género de certos nomes por um número significativo de falantes (ex: <i>presidente, chefe, febre</i>)
IV	A mudança do valor de género, processo diacrónico mais raro em que o valor de género se altera em alguns nomes (Gouveia, 2005) (ex: <i>mapa, ponte, entorse, personagem, cliente</i>)

Tabela 1 - A atribuição do valor de género em PE numa perspetiva diacrónica, com base em Baptista *et al.*(2013).

No conjunto I integram-se nomes cujo valor de género se especifica apenas na sintaxe, tal como sucedia em latim. No galego-português, alguns dos nomes que agora exibem alternância de índices *-ø/-a* eram ainda uniformes (*o senhor/a senhor; o português/a português*), verificando-se posteriormente uma flutuação nunca resolvida antes do século XVI.

Do conjunto II fazem parte nomes, cujo género tem variado, e que, na atualidade, voltaram ao seu valor etimológico. Por exemplo, os nomes terminados em *-agem* eram masculinos e começaram a flutuar e evoluir a partir do final do século XIII, enquanto palavras como *fim* ou *valor* eram femininas e *flor* e *cor* eram masculinas. As formas gregas que chegaram ao português através do latim eram, em galego-português, femininas (*fantasma, planeta*) e ainda hoje o são em certos usos populares.

A hesitação identificada nos nomes do grupo III remonta ao português arcaico, época em que formas como *servente/serventa* eram habituais, o que ajuda a compreender realizações como *presidenta* ou *infanta* na sincronia presente. Essa hesitação pode também ter origem numa mudança do valor de género (grupo IV) operada em certas palavras no seu percurso rumo às várias línguas *romance* e que nem sempre está consolidada no uso de certos falantes (ex: *o febre/a febre*).

As flutuações e alterações registadas acima ocorrem, segundo Carmen Gouveia (1993, 532), «devido à terminação (*planeta* ou *tribo*)», mas também «por associação com o sexo da pessoa de que são atributo» (*giganta* ou *imperadora*), ou porque as palavras «adquiriram o género que tinham na língua através da qual entraram em português». São, contudo, essas modificações e dúvidas uma prova muito concreta do carácter arbitrário do género gramatical, por um lado, e da não especialização dos termos ‘género’ e ‘sexo’ nas produções linguísticas dos locutores, por outro.

3. O género como traço idiossincrático dos itens nominais

O entendimento de género como uma categoria idiossincrática baseia-se na conceção de que o género é um traço gramatical presente parametricamente³ nos itens lexicais, tal como é entendido no Programa Minimalista (Chomsky 1995). Ao admitirmos que um dado item lexical é composto por dois tipos de propriedades, as propriedades fonéticas e semânticas, por um lado, e as propriedades gramaticais, por outro, aceitamos que o género é um traço gramatical próprio dos itens que recebem o traço categorial [nominal].

Chomsky (1995, 320 e ss.) organiza os traços enumerados nas entradas lexicais em dois grupos: o grupo dos traços intrínsecos, armazenados nas entradas lexicais, e o grupo dos traços opcionais, acrescentados no momento da entrada do item na nume-

³ No Programa Minimalista, entende-se por parametrização a especificação dos traços de uma dada língua, isto é, uma definição do conjunto de traços selecionados pela gramática particular de uma língua e das operações que podem intervir na sua associação aos itens lexicais, tendo-se em conta a condição de legibilidade para a sua correta interpretação (Chomsky, 1995).

ração. Assim, um nome como *livro* apresenta propriedades intrínsecas, como traço de categoria [nominal], traço temático [índice temático], traço semântico [objeto] e traço de género [masculino], e propriedades opcionais, como traço de número [singular], traço de caso [nominativo] ou [acusativo] e o traço temático (conforme o caso atribuído); porém, o traço de género num nome como *cliente* é entendido como opcional, portanto, associado apenas no momento da inserção. Os traços intrínsecos são associados por fusão com os itens (operação *merge*) e os traços opcionais por composição (operação *agree*), motivada pela necessidade das línguas que exibem concordância.

As relações de concordância que se estabelecem a partir de um núcleo nominal e no domínio do sintagma (no interior de um sintagma determinante/DP) são o reflexo da associação de traços de género ao nome, que se estendem ao determinante (e outras categorias presentes, como quantificadores e adjetivos). Neste sentido, na literatura são propostas categorias funcionais intermédias dentro do DP, entre o NP (sintagma nominal) e o DP, a fim de se dar conta quer da possibilidade de concordância, quer de realização de traços intrínsecos ou opcionais de género (Alexiadou / Müller, 2004).

Alexiadou / Müller (2004) discutem a relevância dos traços de género, intrínsecos ou opcionais, para a sintaxe, uma vez que, aparentemente, são informações estritamente morfológicas. A proposta destas autoras é tratar estas informações na componente morfológica pré-sintática, antes da inserção. Neste sentido, adaptam a distinção feita por Chomsky (1995) entre traços de género intrínseco e traços de género opcional, defendendo que os últimos são estritamente associados no momento da formação da estrutura, portanto, são sintáticos.

A reinterpretação da noção de traço, nomeadamente de traço opcional, feita por Alexiadou / Müller (2004), aliada à inserção de categorias funcionais intermédias, no âmbito do DP, avançada por Picallo (1991), permitir-nos-á fundamentar no §4 a nossa proposta para a análise descritiva do género em PE.

4. Proposta de análise descritiva da categoria género e implicações pedagógicas

A fusão (*merge*) do traço de género com o item lexical ou a posterior associação (*agree*), num qualquer momento da formação do nome, permite-nos operar uma distinção produtiva entre traços de género intrínseco e traços de género opcional e sustentar a nossa proposta de tipos de nomes quanto à categoria de género (cf. tabela 2).

Referente designado	Nomes de género intrínseco (ou lexical)		Nomes de género opcional (ou morfossintático)	
	M	F	M	F
[-animado]	banco planeta	mesa tribo	casebre moder- nismo	construção felicidade

[+animado]	[+humano]	<i>homem</i> <i>genro</i>	<i>criança</i> <i>testemunha</i>	<i>mulherão</i> <i>o artista</i>	<i>menina</i> <i>a cliente</i>
	[-humano]	<i>elefante</i> <i>coala</i>	<i>cobra</i> <i>borboleta</i>	<i>perdigão</i> <i>pato</i>	<i>galinha</i> <i>gata</i>

Tabela 2 - Tipos de nomes quanto à categoria de género

O género intrínseco encontra-se, arbitrariamente, associado ao item lexical e o género opcional é derivado da estrutura sintática em que o nome é inserido; é, portanto, morfossintático. Os nomes de género intrínseco podem designar seres assexuados (ex: *mesa*, *planeta*) ou seres sexuados (ex: *pessoa*, *cobra*, *indivíduo*), o que afasta qualquer possibilidade de correlação entre género e sexo. O mesmo ocorre com os nomes de género sintático, nos quais é possível atribuir valor de género a um radical subespecificado (*menino/a colega*) ou alterar o valor intrínseco por meio de sufixos derivacionais, como se verifica, por exemplo, na passagem de *mulher* (género intrínseco feminino) a *mulherão* (género sintático masculino).

Se o género é obrigatório em todos os nomes do português, o mesmo não sucede com a possibilidade de variação. Por um lado, nunca ocorre por flexão, como recordam Herculano de Carvalho, ao afirmar que o substantivo apresenta «flexão de número, mas não de género» (Carvalho 1974, 601), e Joseph Hüber, lembrando que, no português antigo, «a flexão do substantivo reduz-se, portanto, unicamente à formação do plural» (Hüber 1933, 167). Alina Villalva sustenta que a flexão é um processo «que se caracteriza pela sua obrigatoriedade e sistematicidade» (2003, 926), o que não ocorre na categoria nome. Neste caso, a variação traduz-se em processos diversificados, envolvendo o índice temático, sufixos derivacionais e combinação com determinantes, e constrói-se na concordância dentro da frase.

A alternância de índice temático pode verificar-se de formas muito variadas, quer preservando o radical da palavra e o índice temático (1), quer através de variações alomórficas determinadas fonologicamente⁴ em qualquer um destes morfemas (exemplos 2 a 6).

- (1) menino/menina
- (2) corajoso/corajosa
- (3) órfão/órfã; leão/leoa
- (4) mau/má; avô/avó
- (5) réu/ré; europeu/europeia
- (6) professor/professora; português/portuguesa

⁴ Não cabe nas dimensões deste trabalho uma exploração mais exaustiva dos processos fonológicos que operam sobre o radical das palavras listadas, pelo que apenas os enunciamos, registando, igualmente, para ulterior confronto analítico, os étimos dos exemplos (3) a (5): ORFANU/ORFANA; LEONE/LEONA; MALU/MALA; AVIOLU/AVIOLA; REU/REA; EUROPAEU/EUROPAEA.

Nos exemplos 2 a 5, os índices [u] e [v] estão presentes, embora com representações gráficas diversas, verificando-se reajustamentos fonológicos no radical, explicáveis, por norma, diacronicamente e que podem traduzir-se numa metafonia da vogal do radical (2); numa síncope de [n] intervocálico (3) ou de [l] intervocálico (4), seguida de sinérese ou de crase; ou numa ditongação para resolver hiatos existentes em latim (5). Em (6), o contraste verifica-se entre \emptyset e [v], como consequência do apagamento do índice do masculino, preservado ortograficamente no plural (*professores, portugueses*), tratando-se, como já demonstrámos em 2.1., de palavras uniformes no português antigo.

Apesar das correlações aqui estabelecidas, não pode considerar-se que os índices [u] e [v] sejam sistematicamente indicadores do género masculino ou do género feminino. São apenas marcas da classe formal a que os nomes pertencem e, ocasionalmente, participam em distinções de género construídas sintaticamente. Palavras como *livro* e *cometa*, ambas masculinas, ou *mesa* e *libido*, ambas femininas, atestam esta falta de correspondência. Além disso, quando em situação de oposição, estes índices podem estabelecer apenas contrastes lexicais particulares (*barco/barca*).

Além do índice temático, é também possível encontrar situações em que o sufixo derivacional participa no contraste sintático. O português evidencia, a partir da sua matriz latina, uma série de situações em que tal se verifica, quer aplicando esse sufixo à forma feminina (7), quer à forma masculina (8).

(7) galo/galinha; barão/baronesa; rei/rainha

(8) perdiz/perdigão

Em outros casos, a contrastação não afeta o nome, que se mantém invariável, mas concretiza-se sintaticamente na combinação com um determinante (9).

(9) o cliente/a cliente

Este processo ocorre, por vezes, com nomes de índice temático –e (sem realização fonética no PE e com realização [i] em certas variedades do português brasileiro), que são ocasionalmente alvo de hesitações (cf. §2), como se constata nas formas *presidenta*, *chefa* ou *governanta*. Há várias situações em que o contraste de determinante não se relaciona com o género, apenas induzindo oposições de natureza lexical (*o/a capital*).

Em todos os casos apresentados (1 a 9), verificamos que é na sintaxe que a variação ocorre, operando ora na fronteira esquerda, ora na fronteira direita do radical. Frequentemente, o ensino da gramática apresenta, como já afirmámos, o contraste de índice temático como regra geral, o que está longe de corresponder à verdade. Por outro lado, a diversidade de sufixos disponíveis para a contrastação e as alterações fonológicas que incidem sobre o radical e até sobre os índices temáticos obrigam a uma memorização das formas que são historicamente veiculadas entre gerações e, conseqüentemente, a um ensino explícito e sistemático.

Estes processos são diversos de outros que participam na oposição ao nível do sexo dos referentes e que, muitas vezes, em contexto pedagógico, são apresentados como exemplos de contrastação de género. Falamos, em concreto, da heteronímia de radicais (10 e 11) e da composição (12).

(10) homem/mulher; pai/mãe; genro/nora

(11) cabra/bode; boi/vaca; cavalo/égua

(12) a cobra-macho/a cobra-fêmea; o panda-macho/o panda-fêmea

Em (10) e (11), estamos perante palavras resultantes de étimos diferentes e apresentando radicais diferentes, sendo, por isso, formas que apenas se relacionam quando o objetivo é confrontar o sexo dos seres. Cada uma das palavras evidencia, igualmente, um único valor de género (comparem-se os pares *o homem*/**a homem* ou *a vaca*/**o vaca*). Trata-se de um processo muito produtivo em português, aplicando-se quer a seres humanos (10), quer a seres não humanos (11). Oposição de género, mas não de sexo, verifica-se, por exemplo, quando cotejamos as palavras *mulher* e *mulherão*, a que já acima aludíramos. Em (12), o acréscimo composicional, aos nomes epicenos⁵, das palavras ‘macho’ e ‘fêmea’ apenas permite contrastar o sexo, de tal modo que o determinante usado não sofre alteração, porquanto também não existe mudança de género. As oposições aqui ilustradas, sobretudo as registadas em 10 e 11, resultam também da matriz latina e até indoeuropeia do português e são, por isso, objeto de ensino explícito desde os primeiros níveis de escolaridade, embora muitas vezes sejam confundidas com o contraste de género, a que de todo correspondem.

Em síntese, o facto de o género linguístico ser acidentalmente coincidente com o sexo biológico dos seres e de ser confundido com questões relativas à identidade e orientação sexual e aos papéis sociais não impede que seja uma categoria de base estritamente gramatical, de tal modo que há línguas em que essa relação semântica não ocorre ou se manifesta de forma diversa (Baptista *et al.* 2013).

A não-obrigatoriedade de existência de contrastes de género e o facto de a sua realização estar a cargo de processos que ocorrem na sintaxe e mobilizam recursos fonológicos, morfológicos e sintáticos são propriedades que distinguem claramente o género das restantes categorias morfossintáticas disponíveis no português, e que justificam a sua análise como uma categoria não flexional. Em contexto pedagógico, veicula-se, muitas vezes, uma ‘pseudorregra’ que associa a terminação <o> ao género masculino e a terminação <a> ao género feminino, mesmo quando palavras como *tribo* ou *cometa*, consideradas exceções, contrariam essa relação direta.

⁵ As designações ‘nomes epicenos’ (*cobra*), ‘sobrecomens’ (*pessoa*) e ‘comuns de dois’ (*o/a cliente*), que a gramática tradicional perpetuou, devem ser tratadas com alguma prudência, uma vez que, envolvendo as noções de género e de sexo, podem igualmente induzir em erro os seus utilizadores.

5. Estudo Exploratório

5.1. Procedimentos e hipóteses

Consideradas as informações acima expostas sobre a confusão entre género e sexo presente na linguagem do senso comum e plasmada no discurso pedagógico, procurámos averiguar até que ponto a frequência do ensino superior, designadamente de unidades curriculares em que se promove uma reflexão explícita sobre a questão, contribuiria para alterar o conhecimento implícito dos alunos.

Nesse sentido, procedemos à realização de um estudo, tendo em vista a verificação de duas hipóteses:

- 1) À entrada no Ensino Superior, o conhecimento explícito sobre *género linguístico* assenta nas noções de sexo.
- 2) O ensino explícito, no Ensino Superior, do conteúdo *género linguístico* de forma correta é suficiente para alterar os conhecimentos prévios que os estudantes possuem.

Para testar as hipóteses acima definidas, constituiu-se uma amostra composta por 126 alunos da Licenciatura em Educação Básica, da Escola Superior da Educação do Instituto Politécnico do Porto, sendo que 55 frequentavam o primeiro ano curricular do curso (Grupo I identificado nos gráficos e tabela abaixo) e os restantes 71 estavam inscritos no segundo ano (Grupo II). A repartição da amostra em dois grupos distintos permitiu introduzir e testar a variável “frequência da unidade curricular de ‘Estrutura e Funcionamento da Língua’”, disciplina em que se promove o desenvolvimento do conhecimento explícito sobre estruturas linguísticas e a reflexão sobre o funcionamento da língua, a cujas aulas os alunos do 2º ano já assistiram.

O instrumento de recolha de dados consistiu num inquérito assíncrono, construído de raiz para o estudo em causa; está estruturado em 20 grupos de questões, que incidiam sobre 30 nomes de género intrínseco e 14 nomes de género sintático. Seis dessas questões solicitavam apenas a identificação e as restantes 14 mobilizavam conhecimentos linguísticos implícitos e explícitos, e/ou requeriam a construção de juízos críticos, a reorganização de enunciados e a automonitorização do conhecimento dos alunos.

Os dados apresentados relacionam-se essencialmente com operações de atribuição de valores de género. Consideramos fundamental avaliar as estratégias utilizadas pelos estudantes na atribuição do género, a consciência de qual a palavra que, num enunciado, permite identificar o género e a capacidade de desencadear a concordância na frase em situações ambíguas, como, por exemplo, na anáfora correferencial, em que informações relativas ao género e ao sexo estão presentes. A propósito deste último aspeto, solicitou-se aos inquiridos que explicitamente se pronunciassem sobre a diferença entre género e sexo, de modo a que explicitassem os critérios a que recorrem e a avaliar até que ponto incluem nesses critérios a noção de sexo.

5.2. Resultados

As estratégias utilizadas pelos estudantes para atribuir o valor de género foram organizadas em dois grandes conjuntos: no primeiro incluem-se critérios linguísticos, nomeadamente o recurso a determinantes e a critérios morfosintáticos (de combinação com outras palavras), ou às terminações das palavras e aos determinantes; no segundo, figuram critérios não linguísticos, relativos ao sexo dos referentes designados. O gráfico 1 permite-nos verificar como se distribuem essas estratégias de acordo com o ano que os inquiridos frequentam.

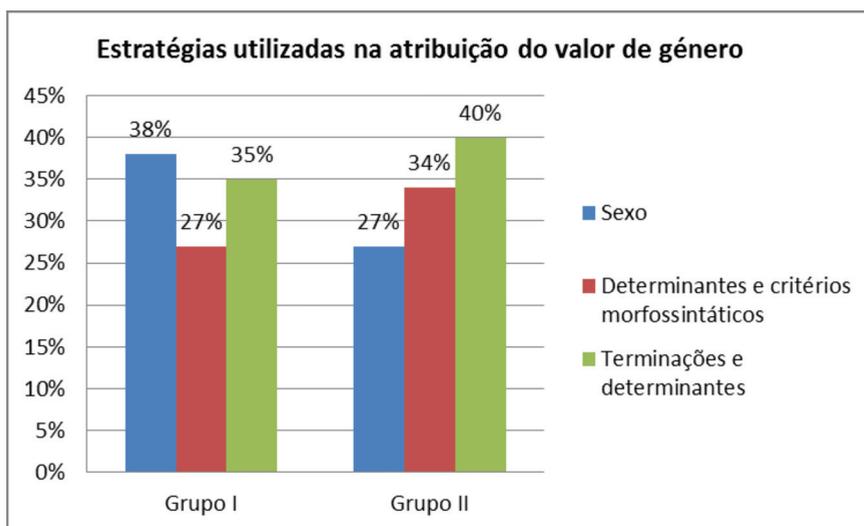


Gráfico 1 - Critérios para atribuição dos valores de género

Os alunos do 1º ano utilizaram maioritariamente critérios associados à noção de sexo, fazendo depender, em 38% dos casos, desta informação biológica a atribuição de género. As terminações das palavras são, em conjunto com os determinantes, um critério valorizado em 35% das respostas. Ao todo 73% dos estudantes evidencia uma preferência por informações existentes no seu conhecimento implícito como resultado da indefinição entre as noções de sexo e género e do ensino da ‘pseudorregra’ a que acima fizemos referência e que relaciona palavras terminadas em –o com o masculino e palavras terminadas em –a com o feminino.

Os estudantes do 2º ano recorreram com maior frequência a critérios linguísticos (74% das respostas), mas, destes, as terminações assumem uma maior preponderância (40%) do que os determinantes combinados com critérios morfosintáticos (34%). Ao optarem maioritariamente por critérios linguísticos, os inquiridos do Grupo II revelam uma certa consciencialização da não correspondência entre género e sexo, mas evidenciam maior dificuldade na seleção da resposta correta (critérios morfosintáticos e determinantes), apenas fornecida por seis dos 71 alunos do grupo.

Estes valores relacionam-se, igualmente, com o facto de uma elevada percentagem de inquiridos não distinguir sexo de género (Grupo I - 60% e Grupo II - 73%), como pudemos verificar numa outra questão colocada. Apenas estudantes do 2º ano (e somente 14% num universo de 71) conseguem afirmar que as duas noções não são correspondentes, argumentando com metalinguagem adequada.

No sentido de verificar até que ponto seria claro para os estudantes que, em muitas palavras, o género é intrínseco e que, em algumas outras, é atribuído sintaticamente na combinação com determinantes (ou outros itens, como, por exemplo, adjetivos), apresentamos uma questão em que se solicitava a identificação da palavra que ‘comandava’ a atribuição de género nas frases. Nas seis frases enunciadas, havia cinco com um nome de género intrínseco, que deveria, consequentemente, ser apontado com o elemento de referência para a identificação do género, e uma com um nome de género sintático (*cliente*), sendo necessário o determinante (*o cliente*) para especificar o género. Na categoria “Outras” incluem-se classes de palavras como os adjetivos que, em determinados contextos, como frases sem artigo, permitem identificar o género. No entanto, em nenhuma das frases apresentadas no inquérito o adjetivo era decisivo na atribuição do valor de género, pelo que não seria também essa uma resposta adequada a esta questão.

Critérios	Grupos	
	GI	GII
Nome+determinante (1)	1,8%	1,4%
Nome+determinante	16,4%	18,6%
Apenas nomes	29,1%	24,3%
Apenas determinantes	23,6%	28,6%
Outras	20%	20%
Resposta nula	9,1%	7,1%

Tabela 3 - Palavra que ‘comanda’ a atribuição de género

(1) Na primeira linha, a combinação nome+determinante corresponde à opção correta, enquanto na segunda linha tal não acontece.

Os dados da tabela 3 revelam que, tanto no Grupo I (52,7%) como no Grupo II (52,9%), mais de metade dos alunos apenas seleciona uma ou outra das categorias como relevante para a identificação de género, estando os estudantes do 2º ano um pouco mais conscientes da importância de nomes e determinantes. Ainda assim, apenas 1,8% (Grupo I) e 1,4% (Grupo II) das respostas correspondem à combinação

correta, na medida em que vários dos alunos que selecionaram as classes relevantes não o fizeram adequadamente nas frases propostas.

Finalmente, e tratando-se muitas vezes a atribuição do valor de género de um procedimento sintático e construído na combinação com outros itens, os informantes responderam a uma questão em que se lhes solicitava que seleccionassem o pronome que, na construção de uma cadeia de referência, poderia retomar um referente anteriormente enunciado. A identificação de uma anáfora correferencial pode levantar dificuldades quando, na frase, são veiculadas informações relativas ao género e ao sexo. No gráfico 2, é possível verificar um maior sucesso entre os inquiridos do Grupo II.

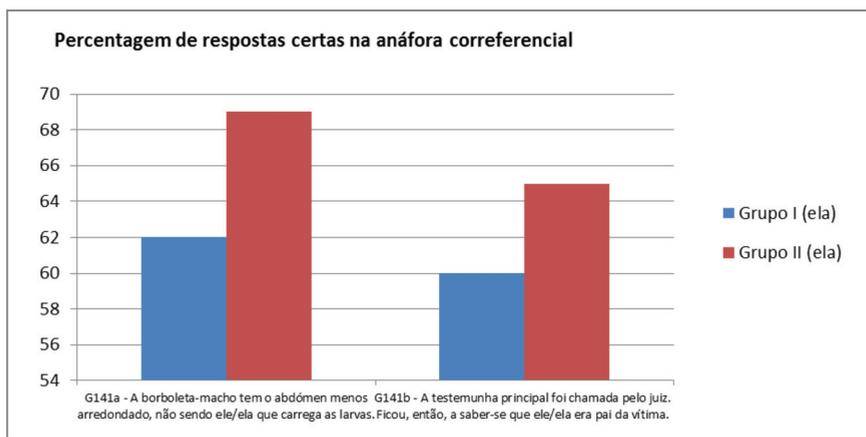


Gráfico 2 - Concordância de género na anáfora correferencial

A percentagem de correção foi, nos dois grupos, menos acentuada no enunciado b) «A testemunha principal foi chamada pelo juiz. Ficou, então, a saber-se que [ela] era pai da vítima» pela inconsistência de género entre os elementos correferenciais e o sexo do referente. Ainda assim, apesar da diminuição de acertos nesta alínea, o Grupo II tem uma percentagem superior de respostas corretas, o que pode dever-se à consciência da não correlação sexo-género.

O enunciado a) «A borboleta-macho tem o abdómen menos arredondado, não sendo [ela] que carrega as larvas» levantou menos dúvidas no que toca à substituição do constituinte sublinhado pelo pronome pelo facto de ‘macho’ apenas especificar o sexo do animal e não acarretar, por isso, alterações no género da palavra.

5.3. Discussão geral dos resultados

Tendo em conta as hipóteses previamente definidas e os dados já apresentados e parcialmente discutidos, parece-nos que estamos em condições de considerar a hipótese 1 confirmada. Efetivamente, há fortes evidências da realização da correlação entre sexo e género linguístico, o que se manifesta de forma mais recorrente entre

alunos do 1º ano. Verificamos igualmente que, em caso de dúvida, há a prevalência da noção de sexo na atribuição do valor de género aos nomes, mesmo quando os valores de género linguístico e o sexo dos referentes não coincidem (ex.: *a baleia-macho; o panda-fêmea*).

A hipótese 2, através da qual pretendemos avaliar a interferência do conhecimento explícito na reflexão sobre o género linguístico, parece-nos aparentemente infirmada, dado que o período de exposição dos sujeitos ao ensino explícito do conteúdo de género linguístico, no ensino superior, não terá sido suficiente para alterar significativamente o seu conhecimento implícito. Apesar de os estudantes terem adquirido conhecimentos metalinguísticos sobre o género, evidenciando maior capacidade do que os colegas do 1º ano para discernirem a não correlação entre as duas noções, tal não parece ter um efeito consistente na identificação correta do valor de género linguístico.

6. Algumas conclusões

A análise descritiva do género proposta para o PE, além dos contributos de Picallo (2004) e Alexiadou / Müller (2004), particularmente na introdução das noções de categorias funcionais nominais, assentou em duas ideias essenciais do Programa Minimalista (Chomsky 1995): (i) género como categoria idiossincrática dos itens nominais; (ii) traços intrínsecos e traços opcionais. Com base neste quadro teórico, propusemos um estudo do género como uma categoria morfossintática, idiossincrática aos itens nominais, que permite agrupar os nomes em nomes de género intrínseco (*casa, panda, cobra*) e nomes de género sintático (*cliente, menino, galinha*).

Apesar de o género ser uma categoria gramatical e de a variação, não sendo obrigatória, poder ocorrer, tanto atualmente como em sincronias passadas da língua, através da combinação com outros itens na frase, a indistinção entre género e sexo continua presente na linguagem do senso comum, mas também em contexto pedagógico. Daí termos verificado, num estudo exploratório com estudantes do Ensino Superior, que o critério sexo se mostra relevante, nas suas representações, para definir o género dos nomes, e que nem mesmo a reflexão explícita sobre a questão permite dissipar consistentemente este equívoco. Torna-se, assim, necessário, nas práticas educativas, clarificar as noções de ‘sexo’, ‘género’ e ‘género linguístico’, reinvestindo produtivamente esses esclarecimentos num ensino explícito, sistemático e orientado do género enquanto categoria gramatical de características particulares.

InED (Escola Superior de Educação | Politécnico do Porto)

Celda CHOUPINA
Adriana BAPTISTA
José António COSTA
Joana QUERIDO
Inês OLIVEIRA

Referências bibliográficas

- Alexiadou, Artemis/Müller, Gereon, 2004. *Class features as probes*, Ms. Universität Stuttgart, Universität Leipzig.
- Amaral, Amândio Coutinho *et al.*, 1994. *Para uma gramática da Língua Gestual Portuguesa*, Lisboa, Caminho.
- Augusto, Marina R. A./Corrêa, Letícia S., 2005. «Marcação de gênero, opcionalidade e genericidade: processamento de concordância de gênero no DP aos dois anos de idade», *Linguística*, 1 (2), 207-234.
- Baptista, Adriana *et al.* 2013. «Conhecimentos implícitos e explícitos de gênero no Ensino Superior», in: *III Encontro Internacional do Português/III Simpósio Internacional de Ensino de Língua Portuguesa*, Santarém, 12-13 de abril 2013.
- Baptista, Adriana *et al.* (no prelo). «Representação e aquisição do gênero linguístico em PE: alguns contributos a partir da análise de materiais pedagógicos», in: *Atas do IV Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa*, Goiânia, Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás.
- Câmara JR., Joaquim M., 1970. *Estrutura da Língua Portuguesa*, Petrópolis, Vozes.
- Câmara JR., Joaquim M., 1985. *Dicionário de linguística e gramática*, 12ª ed., Petrópolis, Vozes.
- Cardoso, Ana J. G. 2005. «O papel da língua materna na aquisição de uma segunda língua: o caso da Língua Caboverdiana (breve abordagem gramatical)», Centro de estudos multiculturais <http://www.multiculturas.com/textos/lingua_caboverdiana_Ana-Josefa.pdf>
- Carvalho, José H., 1974. *Teoria da Linguagem*, Coimbra, Atlântida.
- Chomsky, Noam, 1995. *The Minimalist Program*, Cambridge, Mass., The MIT Press. Versão portuguesa com tradução de Raposo, E. P. 1999. *O Programa Minimalista* (1995). Lisboa, Caminho.
- Choupina, Celda M., 2011. «Reflexões sobre o gênero em Português Europeu e em Tétum». *Revista electrónica elingUP*, nº 1, v. 3. <<http://cl.up.pt/elingup/>>
- Corbett, Greville, 1991. *Gender*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Costa, José António/Choupina, Celda M., 2012. «A história e as histórias do gênero nos nomes em português. Percursos diacrónicos, sincrónicos e pedagógicos», in: *II Encontro Internacional do Ensino do Português*, Coimbra, Fevereiro/2011.
- Costa, Luís 2001. *Guia de Conversação Português-Tétum*, Lisboa, Edições Colibri.
- Gouveia, Maria Carmen de F., 1993. *Um aspecto de morfologia histórica: o gênero gramatical dos substantivos e adjetivos em Português*, trabalho de síntese [inédito] apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra no âmbito das Provas de Aptidão Pedagógica e de Capacidade Científica, Coimbra [apresentado em 2004].
- Gouveia, Maria Carmen de F., 2005. «A categoria gramatical de gênero do português antigo ao português actual», in: Rio-Torto, G., Figueiredo, O. e Silva, F. (ed.), 2005. *Estudos em homenagem ao professor Mário Vilela*, Porto, FLUP, 527-544.
- Hüber, Joseph, 2006 [1933]. *Gramática do Português Antigo*, Tradução portuguesa, 2ª Edição, Lisboa, FCG.
- Lamas, Marta, 1995. «La perspectiva de género», *Revista de Educación Y Cultura*, 8, Guadalajara, México, 14-20.
- Mattos e Silva, Rosa 2008. *O Português Arcaico. Uma Aproximação*, volume I (Léxico e Morfologia), Lisboa, INCM.

- Nieto, Ana María, 1999. *Ele: género gramatical e sexismo linguístico*, ASELE, Actas X, Centro Virtual Cervantes.
- Picallo, Carmen, 1991. «Nominals and nominalization in Catalan», *Probus* 3 (3), 279-316.
- Villalva, Alina, 2000. *Estruturas Morfológicas. Unidades e Hierarquias nas Palavras do Português*, Lisboa, FCG/FCT.
- Villalva, Alina, 2003. «Estrutura morfológica básica», in Mateus, Maria Helena Mira et al. (2003). *Gramática da Língua Portuguesa*, 5.^a edição, Lisboa, Caminho.
- Villalva, Alina, 2008. *Morfologia do Português*, Lisboa, Universidade Aberta.